

# Plano contra a evasão fiscal atingirá sobretudo os pequenos negócios

**Tributação** Fiscalistas acreditam que um maior cruzamento de dados permitirá também o alargamento da base tributária em IRS, IRC e IVA.

Lígia Simões

ligia.simoes@economico.pt

Maior capacidade de detecção de divergências ou impostos em falta e novos ganhos de eficiência garantidos, sobretudo, pelos pequenos negócios que ainda continuam a fugir ao radar do Fisco. Estes são, para os fiscalistas ouvidos pelo Económico, os dois efeitos essenciais que se podem esperar do primeiro plano de combate à fuga ao Fisco pós-troika que o Governo já tem em marcha.

“Se não é expectável que possam ocorrer ganhos significativos sobre as empresas e particulares cumpridores, o cruzamento sistemático de dados poderá alargar a base tributável, o que deveria possibilitar uma redução das taxas nominais de imposto no futuro”, afirma Samuel Almeida a propósito das 40 medidas do pacote para combate à economia paralela e a fuga do Fisco entre 2015 e 2017, avançadas, ontem, em primeira mão pelo Económico.

Para Samuel Almeida o sistema e-factura tem já contribuído para “o alargamento da base tributável, aparentemente até à data em sede de IRS”, destacando agora que o maior controlo do inventários das empresas é uma das medidas “passíveis de gerar receita no futuro”. Sobre reforço do cruzamento de informação anunciado pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Samuel Almeida realça que será potenciado “exponencialmente” pelo sistema e-factura, destacando ainda o controlo de retenções na fonte, cruzamento de dados e detecção de inconsistências nas declarações periódicas de IVA.

Por seu turno, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Ferreira, defende que o e-factura é um “sistema sem análogo na Europa – e que permite o cruzamento de informações e a detecção mais eficiente da fraude e da evasão fiscal”. Conclui, assim, que “poderá diminuir o incumprimento, nomeadamente no que respeita à pequena e média empresa e em determinados

sectores específicos, como é o caso por exemplo do comércio e bebidas”. Mas também há quem aponte riscos, como o fiscalista João Espanha: “Os computadores são muito úteis, mas quando deixados à solta podem ser fonte de graves injustiças”.

## Mais ganhos de eficiência

A questão agora colocada pelo Económico a fiscalistas é se o novo plano continuará a contribuir decisivamente para os objectivos de receita fiscal nos próximos anos.

Samuel de Almeida recorda que o OE/2015 prevê um crescimento da receita fiscal acima do crescimento do PIB nominal, o que, diz, “antecipa um ganho de eficiência na cobrança”. E acredita que a maior fatia do crescimento está nos impostos indirectos, o que poderá também ser “explicado pela retoma da actividade”.

Em 2014, o combate à economia paralela valeu 814 milhões de euros, representando quase metade (46%) do crescimento da receita fiscal desde 2013: foram mais 1.769 milhões. Contas feitas, o ano passado registou o valor recorde de 37.111 milhões de receita total.

Rogério Ferreira considera aqui que “a economia paralela, embora continue a diminuir

**Em 2014, o combate à economia paralela valeu 814 milhões de euros, representando quase metade (46%) do crescimento da receita fiscal desde 2013: foram mais 1.769 milhões.**

substancialmente, ainda é uma realidade”. Por isso, diz, com o potenciar do sistema e-factura “a verdade é que vai controlar, sobretudo, os pequenos negócios de bairro, com volume importante, é certo, mas cuja forma de fugir ao fisco é através da não facturação e da correspondente não entrega do IVA e dos impostos sobre o rendimento (IRS e IRC)”.

Mas para João Espanha trata-se “muito mais de optimização da receita quanto aos contribuintes no sistema, e menos no combate a quem está fora dele”. A este respeito, Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) diz também que novas melhorias de receita do IRS e IVA “dependerão mais de do crescimento da economia do que do combate à fraude”.

## Dúvidas operacionais

Já as associações empresariais ouvidas pelo Económico aplaudem estas medidas, mas levantam dúvidas quanto à sua operacionalidade. Paulo Nunes de Almeida, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), diz que “não se pode pedir às empresas que sejam entidades fiscalizadoras”. Nesse sentido, defende, “faz sentido é que os trabalhadores por conta de outrem entreguem uma declaração de honra à entidade patronal em que dão conta da sua situação fiscal e a partir daí o Fisco tem possibilidade de actuar”. O presidente da AEP diz que as empresas “têm que pedir informação ao trabalhador, mas não mais do que isso, até porque já têm o papel de reter e pagar o IRS”. E conclui: “As empresas devem ter um papel pedagógico de informar o trabalhador, mas a informação tem que ser responsabilidade deste”.

Já o secretário-geral da AHRESP, Manuel Esteves, diz “estar de acordo que o Fisco aperte o cerco porque uma das coisas pelas quais nos batemos é pelo cumprimento das obrigações fiscais até porque não deve pagar o justo pelo pecador”. ■ **com E. F.**

Potenciar o sistema e-factura, acreditam os fiscalistas, permitirá controlar, sobretudo, os pequenos negócios de bairro, cuja forma de fugir ao fisco é através da não facturação.



## Devolução da sobretaxa à espera de mais receita

As atenções estão agora centradas nos resultados do novo plano de combate à fraude no final deste ano e se estes permitirão reduzir a sobretaxa de IRS em 2016. No ano passado, o Governo anunciou que a redução da sobretaxa de IRS paga todos os meses pelos contribuintes vai depender do excedente das receitas de IRS e de IVA face ao orçamentado. Desta forma, o reembolso da sobretaxa dependerá não só do andamento da economia e do

desemprego no próximo ano, mas também do combate à fraude e evasão fiscais. As receitas de IVA e de IRS deverão crescer 4,6% e 2,4% este ano, respectivamente, segundo o OE/15. Contudo, o impacto do combate à fraude e evasão na descida da sobretaxa gera dúvidas nos fiscalistas. Para João Espanha “não haverá um aumento tangível ou substancial substancial devido ao combate à fraude”. O fiscalista adiantou ainda que “a maior parte das medidas são



Mario Proença / Bloomberg



de controlo que passam para o contribuinte obrigações que são da AT", considerou ainda. Já Nuno Oliveira Garcia afirma que "há margem para aumentar a eficiência", mas, salvaguarda: "Resta saber se será suficiente para fazer descer a sobretaxa, embora seja admissível que isso possa acontecer ainda que apenas parcialmente". Por sua vez, Samuel Fernandes de Almeida considera que "é incerto nesta fase poder afirmar-se que teremos ganhos na receita que permitam a devolução da sobretaxa de IRS em 2016".